

# Cooperação Portugal – China na industrialização dos PALOP, no âmbito da BRI

## Portugal – China Cooperation in the Industrialization of PSAC within the BRI Scope

**Fernanda Ilhéu**

ISEG, CEaA, ANRS  
fernandailheu@iseg.ulisboa.pt  
Ciência ID: CD1B-9F16-A2BC

**Joana Campos**

ISEG, ANRS  
joanacflcampos@gmail.com

### RESUMO

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) são países em desenvolvimento, com elevados índices de pobreza, embora tenham elevado potencial de desenvolvimento. Contudo, têm um reduzido conhecimento tácito dos processos de desenvolvimento, não conseguindo promover o seu autodesenvolvimento, necessitando de cooperação externa. A APD recebida da UE tem tido efeitos benéficos na saúde e educação, mas tem sido um desastre em termos de desenvolvimento económico.

A BRI, tem uma abordagem diferente, assentando numa cooperação interativa, em que os países que concordam em cooperar, começam por construir as infraestruturas necessárias ao desenvolvimento de setores chave da economia e planeiam projetos conjuntos de conectividade. Portugal e alguns PALOP, assinaram já MOU no âmbito BRI, que podem incluir projetos multilaterais, nomeadamente China, Portugal e os PALOP. A questão que se levanta é: Em que setores poderão as empresas portuguesas e chinesas, cooperar com os PALOP no âmbito BRI? Nesta investigação analisamos os Planos de Desenvolvimento dos PALOP para identificar que setores consideram prioritários para o seu desenvolvimento e, cruzamos com os setores em que Portugal e China mais investem nos PALOP, conseguindo delimitar os setores de cooperação.

### PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento Económico, Industrialização, Cooperação Portugal-China, PALOP, BRI.

### ABSTRACT

The Portuguese-speaking African Countries (PSAC) are developing countries, with high levels of poverty, while at the same time showing a high potential for development. However, they have little tacit knowledge of development processes and continue to fail to promote their self-development, thus requiring external cooperation. The financial aid (ODA) received from the EU and countries like Portugal has had beneficial effects on health and education, but it has been a disaster in terms of economic development.

BRI has a different approach, based on interactive cooperation, in which countries that agree to cooperate start by building the infrastructure necessary for the development of key sectors of the economy and plan joint projects of connectivity. Portugal and some PSAC have already signed an MOU within the scope of BRI, which may include multilateral projects, namely including China, Portugal and the PSAC. The question that arises is: in which sectors can Portuguese and Chinese companies cooperate with the PSAC in terms of BRI? In this study, we analyse the PSAC Development Plans to identify which sectors they consider to be priorities for their development and, we focus on the sectors in which Portugal and China invest the most in the PSAC, and how they manage to define the sectors of cooperation.

### KEYWORDS

Economic Development, Industrialization, Portugal-China Cooperation, PSAC, BRI.

## 1. Importância da industrialização no crescimento da economia

Cada país deve planejar o seu desenvolvimento de uma forma integrada, tendo em consideração o seu desenvolvimento económico e humano e para isso deverá ter como ponto de partida os seus recursos naturais e humanos, a sua situação geoestratégica, o seu modelo político e o compromisso do seu governo com o desenvolvimento, mas também o seu contexto cultural. Normalmente os países encontram condicionantes nesse processo, tais como falta de capital, falta de tecnologia, falta de mercados, falta de capacidades humanas e insuficiente educação e muitas vezes governos fracos e corruptos. Muitos também não possuem recursos naturais e muitos possuem-nos, mas não os processam e valorizam e, sozinhos são incapazes de o fazer.

Muitos desses países têm na agricultura ou na exploração de produtos primários a sua principal ou única fonte dos rendimentos nacionais e alguns podem até em certos períodos obter rendimentos elevados da exploração desses recursos, quer essa exploração seja feita por empresas nacionais ou multinacionais, no entanto muitos desses países não conseguiram aproveitar esses rendimentos para lançar um processo sustentável de desenvolvimento, e quando a procura desses produtos no mercado global baixa, por exemplo, por efeito de uma crise económica ou porque o progresso tecnológico os torna substituíveis ou quando a oferta aumenta e os preços no mercado global descem dramaticamente, esses países ficam numa situação de grande fragilidade económica. Pode dizer-se que os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) se encontram nesta tipologia.

A industrialização é considerada por vários autores como benéfica para o crescimento económico sustentável de um país. Quando falamos de industrialização, estamos a referir-nos ao processo pelo qual a economia deixa de ser centrada na agricultura para passar a ser centrada no fabrico (Murphy et al., 1989).

O desenvolvimento industrial sustentável está associado à criação de emprego, inovação, infraestruturas, desenvolvimento tecnológico e de capital humano (UNIDO, 2016). No entanto, essa industrialização necessita de condições prévias para se desenvolver, como infraestruturas de qualidade, atração de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e transferência de *know-how*.

A melhoria de infraestruturas e conectividade são a base para o desenvolvimento do comércio, do investimento e da atividade económica. Existe muito

trabalho de investigação académica, que tem sido desenvolvido sobre o impacto da construção de infraestruturas no crescimento económico.

Quando um investimento é sólido, os projetos de infraestruturas podem ter um efeito multiplicador e criar um estímulo económico, através do aumento da procura de bens e serviços, quando a construção está a ocorrer e também pela redução de custos (se o investimento é acompanhado, por políticas de aumento de eficiência) e ou pela atração de investidores, que procuram locais de produção com custos menores, como ou por exemplo, operadores de serviços de transporte e logística (Brautigam, 2019).

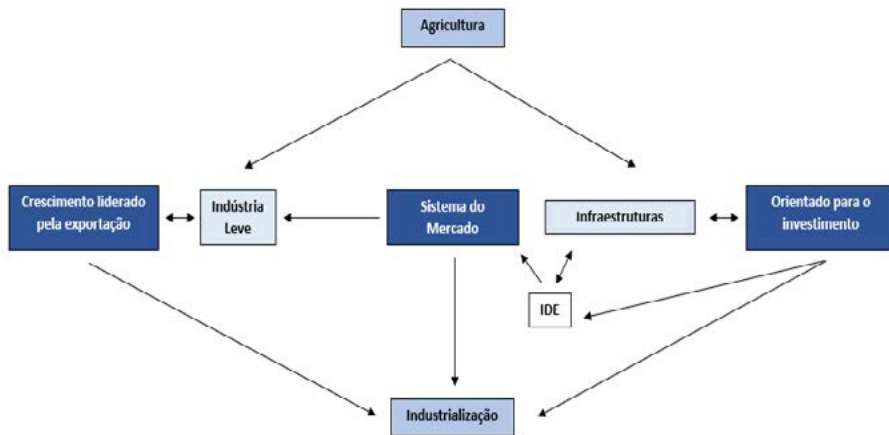
As próprias instituições financeiras de desenvolvimento económico, recomendam aos seus membros que aumentem o investimento em projetos de infraestruturas para sustentar o seu crescimento económico. Então os projetos de construção de infraestruturas são não só um estímulo ao crescimento económico de per si, mas também muito importantes para atrair o IDE em indústria ou serviços. Na realidade, a maioria dos países em desenvolvimento como os PALOP, necessita de atrair esse tipo de investimento para desenvolver o seu setor industrial, porque a indústria necessita da acumulação de capital físico e, se internamente não o gera, terá que o procurar no exterior, mas necessita também da acumulação de capital humano, porque para um país absorver as tecnologias transferidas pelos investidores estrangeiros são necessárias bases minimamente qualificáveis de capital humano (Wong & Yip, 1999; Borensztein et al., 1998). No fundo esses países têm de se tornar atrativos para o IDE, porque sabemos que de acordo com a Teoria Eclética (Dunning, 1980; 1988), os mercados escolhem as empresas que os vão fornecer, pelas vantagens competitivas das empresas, e essas empresas, escolhem os locais onde vão produzir esses produtos, pelas vantagens competitivas dos países. Essas vantagens são analisadas de uma forma comparativa entre países, em dimensões como; disponibilidade que têm de infraestruturas físicas, nomeadamente, de energia, de transportes, de logística, a existência de portos e aeroportos, o fornecimento de água, esgotos, a disponibilidade de espaços industriais infraestruturados, mas também infraestruturas legais com sistemas de impostos atrativos, sistemas alfandegários facilitadores de transações comerciais com o exterior e pouco onerosos, possibilidade de transferência para o exterior dos lucros obtidos, mas também infraestruturas digitais. A conectividade digital é fundamental assim como a disponibilidade de recursos e capital humano, onde a educação e a formação são importantes.

## 2. O Modelo de Desenvolvimento Económico da China e as ZEE

O modelo de desenvolvimento económico da China, que lhe permitiu tirar da pobreza 850 milhões de pessoas, ao mesmo tempo que se tornava a 2.<sup>a</sup> economia mundial, foi iniciado em 1979, com a Política de Reforma e Abertura. Esse modelo consistiu em atrair para a China as cadeias de valor global das empresas multinacionais, criando condições de atratividade para atrair esses investimentos que com elas se transferiu para a China capital, tecnologia, conhecimento e mercados abertos de importação para os produtos chineses.

Essa atração foi conseguida criando zonas para fomentar a indústria orientada para a exportação, onde as infraestruturas físicas e legais (com enquadramento de licenciamento interno favorável e estatuto de zona de comércio livre em termos alfandegários). Essas zonas com o estatuto de Zonas Económicas Especiais (ZEE), foram verdadeiras ilhas de competitividade, implementadas por forma a facilitar esse investimento, onde às facilidades criadas, se juntava um enorme exército de mão de obra a custos muito baixos, lembre-se que nessa altura o rendimento *per capita* anual na China era cerca de US\$182 (Lin, 2011).

Fig. 1 - Modelo das Zonas Económicas Especiais



Fonte - Hao Zhang e Fernanda Ilhéu (2014).

Essas zonas industriais, criadas fundamentalmente com objetivo de atrair IDE que possibilitasse a passagem de um economia agrícola para uma economia industrial, foram criadas em locais geograficamente estratégicos, na proximidade de zonas portuárias, porque se previa um aumento das exportações e importa-

ções, resultante da sua atividade e com fronteiras para *hubs* já desenvolvidas onde existiam comunidades de chineses ultramarinos, os primeiros a serem incentivados a investir nessas zonas e a servirem de promotores de investimento junto dos seus parceiros estrangeiros.

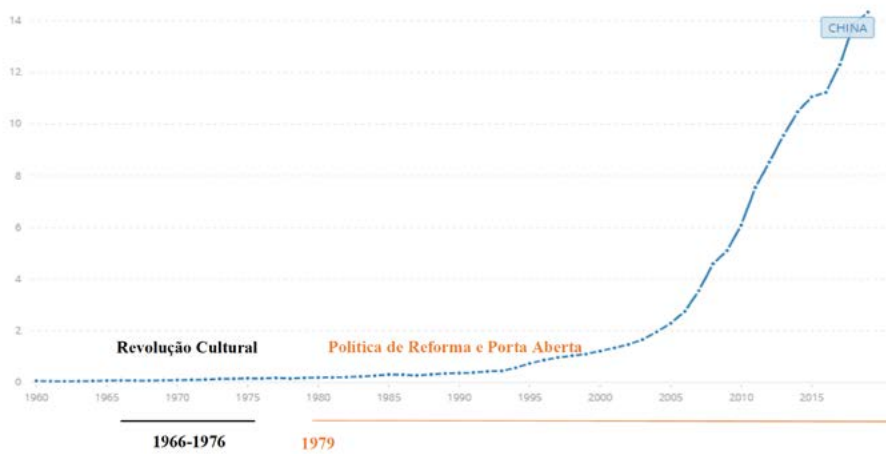
Assim, as primeiras ZEE na China, foram criadas entre 1982 e 1984, primeiro em Shenzhen, ao lado de Hong Kong e em Zhuhai, na fronteira com Macau depois em Xiamen e Shantou, em frente a Taiwan e Hainan numa ilha ao Sul da China, e em 1990 juntou-se Pudong em Shanghai. Posteriormente, outras zonas e cidades foram abertas ao investimento estrangeiro com igual estatuto, situando-se preferencialmente ao longo da costa, dos rios ou em zonas fronteiriças.

Na realidade, nos anos 90, cerca de 80% do IDE nessas zonas veio da diáspora chinesa, 50% de Hong Kong, 15% de países asiáticos e o restante dos EUA, Austrália e Europa (Ilhéu 2006; OECD 2008). A diáspora chinesa foi muito importante neste processo, devido ao seu sentimento patriótico, à semelhança cultural e linguística e pelo facto de muita dessa diáspora ser constituída por empresários e comerciantes. Estes dinamizaram os seus parceiros de negócio, nos países onde viviam ou negociavam a investir com eles e foi assim que ajudaram a China a abrir mercados externos e a alavancar investimentos. Considerando que o objetivo destas zonas era a produção de produtos da indústria ligeira para exportação, esta rede foi essencial, note-se que as empresas com capital estrangeiro eram nos anos 90, responsáveis por cerca de 60% das exportações e importações chinesas, em 2012 essa percentagem estava em cerca de 50% e em 2020, ainda 43,1% das exportações da China e 45,7% das importações foram realizadas por esse tipo de empresas. Estes investidores têm também grande importância na transferência de tecnologia e práticas de gestão que dão grande contributo para o aumento de valor dos produtos produzidos na China e na modernização do próprio tecido empresarial.

O peso do setor agrícola na estrutura do emprego da população alterou-se de uma forma muito significativa, demonstrando a passagem de uma economia baseada na agricultura para uma em que a indústria e os serviços ocupam a maioria da população, como é próprio das economias de países industrializados. Em 1980, cerca de 69% dos trabalhadores chineses eram agrícolas e eles contribuíam com 30% do PIB, o que quer dizer um rendimento muito baixo por trabalhador resultante de uma baixa produtividade. A indústria ocupava apenas 18% dos trabalhadores que contribuíam com 49% do rendimento e os serviços ocupavam 13% da população e o seu rendimento era 21% do PIB. Como resul-

tado do modelo de desenvolvimento que referimos acima, em 2012 a mão de obra empregue na agricultura tinha diminuído para 30% e a da indústria serviços tinham subido respetivamente para 35 e 36%. Presentemente, a agricultura emprega 25,1% dos trabalhadores e contribui com apenas 7,7% do PIB, sendo a China já uma economia industrializada e de serviços, com 37% da sua riqueza obtida na indústria e 54,5% nos serviços, que empregam respetivamente 27,5% e 47,5% da mão de obra ativa (CIA World Fact Book, 2013; NBSC, 2020).

Resultados do Processo de Industrialização  
(Crescimento do PIB em US\$ Triliões)



Fonte - Banco Mundial (1960-2019).

Na realidade, as ZEE têm tido um papel crítico e indispensável no chamado “Milagre Chinês” (Yao, 2014), podemos dar como exemplos Shenzhen e Zhuhai que passaram de pobres e pequenas aldeias de pescadores, em 1980, para grandes *hubs* em cerca de 40 anos. Em termos de PIB, a economia de Shenzhen valia, em 1980, cerca de US\$181,2 milhões e em 2019, esse valor era de US\$396 mil milhões, portanto, uma taxa de crescimento médio de 20,7% foi alcançada e, embora com crescimento menor, cerca de 17,4% de crescimento anual médio, Zhuhai passou de um PIB de US\$175,17 milhões, em 1980, para USD\$50,1 mil milhões (JOP 2020).

Este modelo de industrialização orientada para a exportação tornou a China no 1.º exportador mundial desde 2009 e na nação mais comercial do mundo desde 2013 (Mckinsey Global Institute 2019). Este volume de IDE e de comércio internacional proporcionou uma importante acumulação de capital e de divisas

estrangeiras que capacitou a China para um enorme progresso na internacionalização da sua economia, aumentando muito significativamente o Investimento Direto Estrangeiro no Exterior (IDEE) das empresas chinesas, que na maioria dos casos preferem como forma de investimento no exterior as fusões e aquisições de empresas dos países anfitriões, mas também, embora em menor percentagem os investimentos de raiz e, neste caso, muitas vezes preferem localizações com características semelhantes às ZEE. Aliás, o próprio governo chinês, que encoraja este processo, tem negociado com alguns países o desenvolvimento da criação dessas zonas em países de várias partes do mundo, nomeadamente África e Ásia. Estas ZEE desenvolvidas pela China no exterior, têm também origem em empresas privadas chinesas.

De acordo com o Banco Mundial (2010), a criação destas zonas obedeceu a cinco objetivos estratégicos, nomeadamente: aumentar a procura de maquinaria feita na China; equipamento e apoio de pós-venda; diversificar e evitar fricções/barreiras às exportações da China; impulsionar a reestruturação da indústria chinesa e subir na cadeia de valor; permitir que as empresas chinesas se aventurem no exterior em grupos e exportem o modelo de desenvolvimento económico chinês para países em desenvolvimento.

Analisando as ZEE promovidas pela China em África, vemos que, em 1999, foi inaugurada a Suez Economic Zone no Egipto, e que, em 2006, o governo chinês identificou e criou projetos de ZEE em seis países africanos: uma na Etiópia, a Eastern Industrial Park, inaugurada em 2007; outra nas Ilhas Maurícias, a Jin Fei Economic and Trade Cooperation Zone, que começou a funcionar em 2009; duas zonas na Nigéria, a Lekki Free Trade Zone e a Ogun Guangdong Free Trade Zone, respetivamente inauguradas em 2003 e 2009; e na Zâmbia também foram lançadas duas zonas, ambas em 2003, a Chambish Nonferrous Metal Mining Group Industrial Park e a Lusaka Sub-Zone. Estas zonas foram apoiadas pelo Ministério de Comércio da China e foram vistas pelo governo chinês como um modo de apoiar as empresas chinesas nesse continente. O objetivo do 11.º Plano Quinquenal (2006-2010) era estabelecer pelo menos dez ZEE em África com um investimento de US\$2 mil milhões, o que permitiria a entrada ou o apoio a 500 empresas chinesas (Bräutigam & Tang, 2010; World Bank, 2010, 2017; Zeng, 2014).

O apoio oficial da China à criação destas zonas incluía o financiamento parcial a custo zero das despesas de construção e implementação da zona, e o acesso a empréstimos de longo prazo com baixos custos pelos bancos estatais chineses,

como o China Development Bank ou o China Exim Bank, e também de fundos chineses especialmente do China-Africa Development Fund (CADF), lançado em 2007.

O número das ZEE chinesas aumentou depois deste grupo inicial lançado na África Subsaariana. Quer empresas chinesas quer governos provinciais investiram em zonas industriais em países como a Nigéria, Serra Leoa, Guiné, Botswana e África do Sul, Uganda e entre outros também nos PALOP, como iremos ver a seguir. De acordo com Zeng (2014), a sua implementação em África tem sido lenta e nem sempre bem-sucedida, comparativamente com o que tem acontecido em outras regiões. Na realidade, a experiência chinesa com as tradicionais Zonas de Processamento de Exportações e Zonas Industriais tem encontrado, em alguns destes países, desafios ligados ao enquadramento institucional e legal, falta de efetivo planeamento estratégico, fraca governação e capacidade de implementação, acesso à terra, questões de reassentamento e coordenação e falta ou inadequadas infraestruturas externas.

Também o Banco Mundial (2010) analisou os desafios chave enfrentados pela ZEE chinesas no exterior e, refere explicações avançadas pelo próprio Ministério de Comércio da China, como a inapropriada coordenação com os governos dos países anfitriões, causada pela má comunicação originada por diferenças linguísticas, regulatórias, legais e culturais. Mas este estudo identifica também problemas ligados à gestão das zonas, nomeadamente, falta de experiência e capacidade de gestão dos promotores e gestores das zonas, falta de infraestruturas externas que aumentam os custos e prejudicam o desempenho da zona e dificuldades de financiamento devido às altas exigências de capital e ao alto custo de financiamento nos países anfitriões.

Apesar das dificuldades identificadas, Irene Sun (2017), na sua investigação publicada em 2017, no livro *The Next Factory of the World – How Chinese Investment is Reshaping Africa*, baseada num estudo de mais de 50 fábricas chinesas, de um universo na altura de 1500, em 8 países africanos, relata casos de sucesso em países como a Nigéria e o Lesotho e refere como estas fábricas estão já a reestruturar a economia desses países concluindo que a "Industrialização é como a China se transformou de um país pobre para uma das maiores economias do mundo em menos de três décadas. Ao se tornar a próxima Fábrica do Mundo, África consegue fazer o mesmo", porque "ao contrário da agricultura e dos serviços, a indústria envolve trabalho em massa de maneiras altamente produtivas para participar na economia global" (p. 7). A autora refere dois tipos básicos de modelos de negócio das empresas chinesas na industrialização destes países, os



modelos orientados para o mercado interno, seja de automóveis, materiais de construção, bens de consumo, este modelo justifica-se pela expectativa de que alguns destes países em África venham, no futuro, quando se desenvolverem, a ser mercados muito atrativos, como a Etiópia com 100 milhões de habitantes ou a Nigéria que, em 2050, deverá ter uma população semelhante à dos EUA, ou o modelo em que tiram vantagens de custos de mão de obra inferiores aos da China e deslocalizam para os países africanos, como por exemplo o Lesotho as encomendas que têm das grandes empresas multinacionais, como a Levi's, a Reebok e a Kohl's, entre outras.

O desenvolvimento sustentado de África deve ser baseado nos recursos dos próprios países, sendo que muitos deles são agrícolas, florestais, pesca e recursos minerais. A chave para o processo de desenvolvimento dos países africanos deverá começar pela industrialização desses recursos próprios, nomeadamente pela industrialização de produtos agrícolas para a exportação para os mercados regionais e globais. As criações de Parques agroindustriais são consideradas a chave para o desenvolvimento agrícola em África (Ilhéu, 2020).

### **3. A Ajuda Externa ao Desenvolvimento e a Iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota: A Nova Rota Marítima do século XXI” (BRI)**

Concluímos que para a industrialização se efetuar, e com ela o desenvolvimento económico, é necessário desenvolver infraestruturas que lhes permitam atrair IDE e tecnologia para a produção de bens transacionáveis para exportação. A dificuldade dos países em desenvolvimento está justamente em conseguirem, por si só, desenvolverem as infraestruturas necessárias para tornar o seu país atraente ao IDE e, com ele, obter transferência de tecnologias necessárias à industrialização e também conseguir entrar em mercados para os produtos que essas fábricas irão produzir.

A ajuda externa ao desenvolvimento praticada pelos países desenvolvidos, nomeadamente EUA e os países da EU, tem sido feita na forma de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), que consiste no apoio dado por organismos públicos (governos nacionais, instituições internacionais e intergovernamentais e organizações não governamentais) a países em desenvolvimento, com o objetivo de promover os indicadores de desenvolvimento do país destino e obriga a que a transferência de fluxos financeiros sejam canalizados para o setor público de um país em desenvolvimento (Ilhéu, 2020). A APD é também realizada pela China

desde os anos 60, nessa altura apenas aos países alinhados politicamente, mas desde os anos 90, essa ajuda tem sido estendida dentro de uma ótica sul-sul a muitos países em desenvolvimento na Ásia, África e América Latina. A África é o continente que mais recebe APD e, ainda assim, é considerado um continente muito pobre, o que significa que o apoio financeiro e técnico não resultou em termos de desenvolvimento económico (Ilhéu, 2020).

A UE e a China têm formas distintas, e até alternativas, de apoiar o desenvolvimento desses países. A UE, foca a sua APD no apoio financeiro e técnico a problemas de educação, saúde ou catástrofes naturais, a China, que compreendeu que embora a APD da UE tenha sido muito positiva, não demonstra qualquer desenvolvimento económico, e também pelos seus próprios interesses comerciais e económicos, complementa a sua APD com contratos para projetos de desenvolvimento que, embora com condições financeiras muito favoráveis, terão que ser pagas por esses países, muitas vezes com contrapartidas em espécie. Uma das diferenças importantes entre a APD da UE e da China é a condicionalidade imposta a essa ajuda, ao cumprimento de standards normativos, nomeadamente, de ídolo económica e política, nomeadamente, à ideologia dos governos e ao respeito dos direitos humanos da população, enquanto o apoio chinês não está ligado e esse tipo de obrigações (Marques, 2019).

A abordagem chinesa em África tem nos últimos anos sido focada na construção de infraestruturas, e no aumento da educação da população local através de *learn-by-doing*, para que o continente se consiga desenvolver de forma autossustentável.

A cooperação para o desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento por parte da China, sofreu nos últimos anos, uma evolução estrutural estando presentemente a ser enquadrada pela China na iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota: A Nova Rota Marítima do séc. XXI” (BRI) pelo presidente chinês Xi Jinping, em 2013. Esta iniciativa estabelece rotas de cooperação para o desenvolvimento que, de acordo com o documento que institucionaliza esta política da diplomacia chinesa o *Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt And 21st Century Maritime Silk Road*, 2015, são rotas de conectividade que podem ser terrestres, marítimas, aéreas, digitais e que visam a cooperação para o desenvolvimento dos países envolvidos, promovendo a coordenação de políticas, a facilidade de conectividade, o comércio livre, a integração financeira e a criação de laços entre países. A visão é a da construção de plataformas de zonas económicas especiais que se interconectam através de acordos de livre comércio.

Xi Jinping, na visita que fez a Astana a 7 setembro de 2013, proferiu na Universidade de Nazarbayev o discurso “Promover a Amizade entre Pessoas e Criar um Futuro Melhor”, em que anuncia a criação da Faixa Económica, dizendo: “Para forjar laços económicos mais fortes, aprofundar a cooperação e expandir o espaço de desenvolvimento da região da Eurásia, deveremos ter uma aproximação inovadora e construir em conjunto uma Faixa Económica ao longo da Rota da Seda”. Um mês depois, numa visita à Indonésia, anunciou a criação da Rota da Seda Marítima, num discurso que proferiu no Parlamento: “A China fortalecerá a sua cooperação com os países da ASEAN para fazer uma boa utilização do Fundo de Cooperação Marítima China-ASEAN criado pelo governo chinês e vigorosamente desenvolver parcerias marítimas num esforço conjunto para construir a Rota da Seda Marítima do Século XXI.” As principais prioridades desta iniciativa são a coordenação de políticas, a melhoria da conectividade, o aumento do comércio e investimento, a integração e o aumento dos laços entre os povos.

Se numa primeira fase, a BRI estava destinada a fomentar as relações entre países da Eurásia, no entanto ela expandiu-se rapidamente a todo o mundo. A iniciativa conjuga os interesses da China com os projetos que lhes são apresentados para cooperação pelos países estrangeiros que assinaram com a China acordos de cooperação no âmbito da BRI. De acordo com o Centro de Promoção da Iniciativa Faixa e Rota da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, no final de 2020, a China tinha assinado 203 documentos de cooperação abrangendo 138 países e 31 organizações internacionais.

Portugal assinou com a China, em dezembro de 2018, um Protocolo de Cooperação BRI que abrange vários setores, com destaque para a conectividade e para a mobilidade elétrica, em que uma das cláusulas é a cooperação Portugal-China na industrialização de terceiros mercados (ANRS, 2018).

Antes mesmo da assinatura deste Protocolo, o Primeiro-Ministro António Costa tinha referido, em 2016, na cerimónia do Fórum de Macau, o seguinte: “Portugal e China devem juntar forças para a promoção de uma cooperação triangular com os restantes países de língua portuguesa em setores como agricultura, infraestruturas, educação, proteção ambiental e energias renováveis” (Macauhub, 2016).

As parcerias em programas de cooperação triangulares de empresas africanas, chinesas e europeias para o desenvolvimento de cadeias de valor integradas na produção agrícola em África, que incluem a produção, o processamento industrial, a embalagem e o marketing, são recomendadas pela FAO (Food and Agriculture Organization) das Nações Unidas (Ilhéu, 2020).

Considerando o exposto acima, parece-nos que Portugal e a China poderão colaborar com os PALOP na sua industrialização no contexto da BRI, identificando os possíveis benefícios e obstáculos que podem envolver, nomeadamente, fatores culturais, políticos e modos de gestão.

A questão que pretendemos investigar neste trabalho, é a seguinte:

Quais são os possíveis setores de cooperação das empresas portuguesas com as empresas chinesas na industrialização dos PALOP, no contexto cooperação em terceiros mercados no contexto BRI?

#### **4. Setores de cooperação das empresas portuguesas e chinesas nos PALOP no contexto da BRI**

Para responder à questão de investigação acima formulada, utilizámos uma metodologia de análise documental e de tendências estatísticas, e estudámos os Planos de Desenvolvimento de cada PALOP para conhecer os setores e projetos que consideram prioritários para o desenvolvimento e para os quais necessitam de investimento e parcerias. Examinámos também as tendências dos destinos de IDE da China e de Portugal, no período de 2012 a 2019, e os setores onde demonstram mais interesse em investir e, fizemos o cruzamento dos sectores prioritários para o desenvolvimento dos PALOP. E analisámos ainda quais são os setores de interesse para a cooperação das empresas chinesas e portuguesas com as empresas dos PALOP nesses setores, nomeadamente, no desenvolvimento da indústria nesses países. Esta cooperação é enquadrada no contexto BRI, em conformidade com a cláusula de cooperação do Portugal China em terceiros mercados, constante do Protocolo assinado entre ambos os governos em 2018, conforme referimos acima. Note-se que Angola, Moçambique, Cabo Verde e Timor assinaram já com a China protocolos de cooperação no contexto BRI (HKTDC, 2021).

No **Quadro 1**, elaborado com base nos Planos de Desenvolvimento de cada PALOP, podemos concluir quais os setores e subsetores que cada país classificou como prioritários para desenvolvimento.

Quadro 1 - Setores Prioritários dos PALOP para Desenvolvimento

País	Sector	Subsector
Angola	Primário	Agrícola, agropecuário, mineiro, silvícola, pesca.
	Indústria	Agroindústria, indústria pesada.
	Infraestruturas	Vias de comunicação, formação, polos de desenvolvimento, telecomunicação, polos turísticos, energia.
	Serviços	Turístico, logístico, TIC, educação, P&D.
São Tomé e Príncipe	Primário	Agrícola, pesca.
	Indústria	Agroindústria, indústria leve.
	Infraestruturas	Vias de comunicação, urbano, formação, sanitário, energia.
	Serviços	Turístico, educação, saúde.
Guiné-Bissau	Primário	Agrícola, pesca, mineiro.
	Indústria	Agroindústria, indústria leve.
	Infraestruturas	Telecomunicação, urbano, hoteleiro, formação, sanitário, vias de comunicação, energia.
	Serviços	TIC, turístico, bancário, educação, restauração, saúde.
Cabo-Verde	Primário	Agropecuário, pesca, aquicultura.
	Indústria	Agroindústria, indústria leve.
	Infraestruturas	ZEE Tecnológica, vias de comunicação, energia, urbano, sanitário.
	Serviços	Digital, turismo, logístico, TIC, P&D.
Moçambique	Primário	Agrícola, pesca, mineiro.
	Indústria	Agroindústria, indústria leve.
	Infraestruturas	Parques industriais, vias de comunicação, sanitário, formação, energia.
	Serviços	Turístico, TIC.

Fonte - Planos de Desenvolvimento dos PALOP.  
Elaboração Própria.

Como podemos ver, no setor primário destacaram-se os subsectores da agricultura, da agropecuária e da pesca para desenvolvimento. Para além destes subsectores, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau referiram também o subsector

mineiro. Quanto ao setor industrial, destaca-se o desenvolvimento da agroindústria e da indústria leve.

Relativamente ao setor de infraestruturas, a construção de vias de circulação, de centros de formação (escolas primárias, universidades) e de infraestruturas de energia, especialmente de energias renováveis, foram subsectores escolhidos por todos os países para desenvolvimento. Angola elegeu como prioridade a construção do porto de Luanda, redes rodoviárias e ferroviárias, a construção de três Polos Turísticos prioritários em Luanda, Malanje e Cuando Cubango; São Tomé e Príncipe, a ampliação do aeroporto e a reabilitação de estradas; Guiné-Bissau, a construção de redes rodoviárias; Cabo Verde, a construção de portos, parques rodoviários e a criação de uma ZEE Tecnológica na ilha de Santiago; e Moçambique, a construção de infraestruturas pesqueiras, ferro portuárias, aeroportuárias, de comunicações e de logística.

Sobre infraestruturas de energia renovável, Guiné-Bissau indicou a construção de um sistema de energia solar, eólico ou térmico à base de biomassa e Cabo Verde a construção de bacias hidrográficas. De acordo com o relatório dos Estudos Económicos e Financeiros sobre as perspetivas económicas regionais de África Subsariana, São Tomé e Príncipe “precisa de aumentar as energias renováveis”, como a energia eólica e solar, para potenciar o turismo e o desenvolvimento económico.

Quanto a Angola e Moçambique, os países pretendem desenvolver as energias renováveis tradicionais, promovendo o investimento no setor.

Por fim, no setor dos serviços, a maioria dos PALOP selecionou o turismo e as TIC como subsectores para desenvolvimento.

O IDEE da China é baseado sobretudo em setores de TIC, tecnologia industrial, energia verde, novos materiais e maquinaria (MOFCOM et al., 2019). De acordo com o Presidente Xi Jinping, em discurso proferido no Fórum da BRI para a Cooperação Internacional, em 2017, a China “deve prosseguir um desenvolvimento orientado pela inovação e intensificar a cooperação em áreas-chave como a economia digital, a inteligência artificial, a nanotecnologia e a computação quântica e avanços no desenvolvimento de *big data*, *cloud computing* e *smart cities*” e “deverá prosseguir uma nova visão para o desenvolvimento verde”.

**Quadro 2 - Valor anual de IDEE da China (mil milhões €)**

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Europa	10,2	6,7	14,7	20,7	37,3	29,2	17,4	11,7
EUA	7,5	13,4	14,3	14,4	43,8	19,4	9,3	3,8
África (Subsariana)	24,9	28,5	19,9	26,2	21,4	18,6	21,4	17,3

Fonte - Mercator Institute for China Studies 2020; China Global Investment Tracker, 2020.  
Elaboração própria.

Os dados do **Quadro 2** revelam que o IDEE da China na África Subsariana é superior ao investimento na Europa e nos EUA. Na África Subsaariana, o IDEE da China, em 2019, foi de 17,3 mil milhões de euros, dos quais 8,6 mil milhões correspondem a investimentos no setor energético, o que se justifica por a segurança energética, especialmente o petróleo, ser considerada a principal preocupação do Governo chinês (Shi & Cai, 2020). Pela análise do **Quadro 3**, podemos verificar a riqueza natural de cada PALOP e perceber a importância que cada país tem para a segurança energética, para novos investimentos em projetos de energia, produção e cooperação de biocombustíveis e para exploração e produção de energia verde (Fernandes, 2019).

**Quadro 3 - Principais recursos naturais dos PALOP**

País	Recurso Natural	Reservas de Petróleo (bilhões de barris)	Reservas de Gás (trilhões de m <sup>3</sup> )
Angola	petróleo, fosfato, diamantes, minério de ferro, cobre, feldspato, ouro, bauxita, urânio.	8.2	13.5
São Tomé e Príncipe	peixe, energia hidrelétrica.	fase de exploração	---
Guiné-Bissau	peixe, madeira, fosfato, bauxite, argila, granito, calcário, reservatórios de petróleo.	fase de exploração	---
Cabo-Verde	sal, rocha basáltica, calcário, caulim, peixe, argila, gesso.	---	---
Moçambique	carvão, titânio, energia hidrelétrica, gás natural, tântalo, grafite.	---	100

Fonte - U.S. Energy Information Administration (EIA), 2020.  
Elaboração própria.

Assim, compreende-se a razão de a China se sentir impulsionada a investir na região pela necessidade de garantia energética. A China consumiu cerca de 14,5 milhões barris/dia de petróleo em 2019, um aumento de quase 4% em relação a 2018, no qual Angola representa um dos principais fornecedores de petróleo bruto da China (EIA, 2020) (Abdullah & Rahman, 2015). Contudo, o IDEE da China nas energias renováveis tem vindo a crescer, tendo a China já realizado vários projetos neste setor, como construções de centrais eólicas, solar fotovoltaicas e eólicas.

Nos PALOP, a China investe também nos setores agrícola e industrial, onde, como vimos no **Quadro 3**, os PALOP também têm recursos. Mas o foco é no setor de infraestruturas, nomeadamente, na construção de vias de comunicação, habitação e criação de parques industriais (China Global Investment Tracker, 2020). A construção de vias de comunicação, permite facilitar a circulação interna e externa de mercadorias e a construção de parques industriais, como as ZEE, e representam grandes oportunidades de investimento e parcerias.

A China é ainda, como já referimos acima, atraída pelos mercados domésticos de rápido crescimento, pelas localizações estratégicas, pelos recursos naturais e pelos custos de mão de obra comparativamente baixos (Sun, 2017, p. 7).

Portugal recebe mais IDEE do que investe no exterior, no entanto, podemos verificar através do **Quadro 4**, o valor anual de IDEE de Portugal em milhões de euros, por continentes.

**Quadro 4 - Valor anual de IDEE de Portugal (milhões €)**

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Europa	34,6	35,2	39,1	40	42,3	42,2	35,6	35,4
África	6,6	6,4	8,4	9,0	8,0	8,3	7,5	7,4
Ásia	0,9	1,1	1,3	1,9	2,0	2,0	1,9	2,0
América	11,5	11,0	9,9	7,7	7,3	7,5	6,6	7,1

**Fonte** - Banco de Portugal, 2020.  
Elaboração própria.

A Europa foi o principal destino de IDEE português, em especial a UE, destacando-se entre os países intracomunitários, Espanha, Países Baixos e Luxemburgo (AICEP Portugal Global, 2020). Em 2019, o IDEE de Portugal em África foi cerca de 7,4 milhões de euros, dos quais 4,6 milhões correspondem a investimentos nos PALOP, uma parte significativa do total que se tem repetido ao longo dos anos (Banco de Portugal, 2020). Os PALOP partilham uma grande proximidade cultural



e fortes laços comerciais com Portugal, fatores que influenciam o investimento. Em África destacam-se como principais recetores do IDEE português, Angola e Moçambique (AICEP Portugal Global, 2020).

O IDEE português nestes países é baseado sobretudo no setor de infraestruturas, energia, turismo e restauração, agroindústria, serviços de saúde e educação (AICEP Portugal Global, 2020).

Estando Portugal em 4.º lugar no *ranking* mundial de produção de energia solar e eólica em 2019, com 28% do total, o investimento no setor de energias renováveis é bastante importante, de acordo com a Bloomberg New Energy Finance 2020, citada pelo *Jornal de Negócios*, 2020. Na 21.ª edição do *Africa Energy Fórum*, em 2019, o presidente executivo da empresa portuguesa EFACEC, afirmou que “a relação entre Portugal e África é muito positiva. Portugal tem um papel inquestionável no desenvolvimento de infraestruturas de energia em países africanos nomeadamente Cabo-verde, Angola e Moçambique”.

As empresas portuguesas também investem no setor turístico, área que Portugal tem bastante experiência e que é classificada como um dos principais setores de proveito para a economia portuguesa.

## 5. Conclusões

Através das informações recolhidas anteriormente, podemos verificar que Portugal e China podem cooperar na industrialização dos PALOP nos seguintes setores:

### Infraestruturas

Ambos os países, Portugal e China, possuem protocolos de cooperação assinados pela IP Engenharia, SA/ Grupo de Infraestruturas de Portugal e o grupo Teixeira Duarte com a China Tiesiju Civil Engineering Group/ China Railway Engineering Corporation cujo objetivo passa pelo desenvolvimento de infraestruturas de transporte, ferroviárias e rodoviárias nos PALOP (Agência Lusa, 2017). O Secretário de Estado da Internacionalização de Portugal, Eurico Brilhante Dias, referiu na cerimónia de assinatura do protocolo entre a IP Engenharia, SA/ Grupo de Infraestruturas de Portugal e o grupo chinês que “Portugal já mostrou que é um parceiro de longo prazo nos PALOP e, por isso, com a China somos o parceiro que tem as melhores condições para a abordagem a estes mercados”.

A construtora portuguesa Mota-Engil possui um acordo de parceira estratégica com a China Communications Construction Company (CCCC) que, entretanto, se tornou num acionista de referência da Mota-Engil ao adquirir 30% do seu capital. Esta empresa possui também um projeto de cooperação multilateral com a China National Complete Engineering Corporation e com a Thai Moçambique Logística para a construção da linha de caminho de ferro que liga Moatize ao porto de Macuse, em Moçambique (*Jornal de Negócios*, 2017).

## Energia

A cooperação energética é uma parte importante da BRI, uma vez que os países ao longo da BRI possuem boas condições de recursos que englobam, aproximadamente, 133 mil milhões de toneladas de reservas de petróleo, 158 biliões m<sup>3</sup> de gás, 446 mil milhões de toneladas de carvão e 130 toneladas de urânio, valores que representam mais de metade das reservas totais do mundo (Jin & Jin, 2018). Esta cooperação envolve a exploração de recursos, utilização e transformação de energia, construção de infraestruturas, serviços energéticos e construção e desenvolvimento de infraestruturas de logística e transporte (Belt and Road Portal, 2019).

Relativamente às energias renováveis, de acordo com o Encarregado de Negócios da Embaixada da China em Lisboa, Xu Zhida, a China pretende desenvolver a proteção ambiental e as indústrias de novas energias e, coincidentemente, Portugal tem como prioridade a transição digital e climática, fazendo destes dois países bons parceiros de cooperação neste setor (Forum Macao, 2020).

## Agroindústria

A agroindústria é um dos setores prioritários para desenvolvimento dos PALOP e um setor que Portugal e China têm interesse em investir pela abundância de recursos naturais e condições agroclimáticas favoráveis. De acordo com o Portal Digital Agronegócios, são considerados investimentos estratégicos neste setor “investimentos na indústria de máquinas e equipamentos, na provisão de mecanização, incluindo a pulverização aérea, no melhoramento do gado, na irrigação, na produção comercial, no processamento e empacotamento, em sistemas de frio e silos”. São várias as empresas portuguesas e chinesas que investem no setor, como a Angonabeiro do grupo Delta, na produção e processamento de café em Angola e a empresa chinesa Jiangsu Jiangzhou Agricultural Science & Technology

Development Co que investiu, em Angola, a Jiangzhou Agriculture, Lda., um projeto que gerou aumento de emprego e que consiste no cultivo de produtos hortícolas, árvores de fruto, cereais e criação de gado bovino (Macauhub, 2019). De acordo com a International Finance Corporation (2021), para o desenvolvimento deste setor, são necessários regulamentos melhorados nos setores de transporte (vias de comunicação), energia e TIC, setores que, como referido anteriormente, Portugal e China têm interesse em investir (Macauhub, 2020).

## Referências bibliográficas

- Abdullah, N. & Rahman, M. (2015). Chinese economic activities and interests in developing countries. *Australian Journal of Basic and Applied Sciences*, 9(25), 79-86.
- Agência Lusa (2017). Portugal e China assinam acordo para sector dos transportes [Em linha]. Retirado de <https://www.dnoticias.pt/2017/11/22/207843-portugal-e-china-assinam-acordo-para-sector-dos-transportes/> em 15 de abril de 2021.
- AICEP Portugal Global (2020). Portugal – Ficha País [Em linha]. Retirado de <https://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/LivrariaDigital/PortugalFichaPais.pdf> em 11 de março de 2021.
- ANRS (2018). MOU the Silk Road Economic Belt and the 21<sup>st</sup> Century Maritime Silk Road Initiative. Retirado de <http://www.anrs.pt/documentation/Acordo%20Portugal-China.pdf> em 15 de março de 2021.
- Banco de Portugal (2020). Investimento Direto de Portugal no Exterior (IPE) - por agregado geográfico [Base de dados]. Retirado de <https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/quadros/82> em 10 de abril de 2021.
- Belt and Road Portal (2019). The Belt and Road Initiative Progress, Contributions and Prospects [Em linha]. Retirado de <https://eng.yidaijilu.gov.cn/zchj/qwfb/86739.htm> em 17 de março de 2021.
- Borensztein, E.; De Gregorio, J. & Lee, J. W. (1998). How does foreign direct investment affect economic growth?. *Journal of international Economics*, 45(1), 115-135.
- Bräutigam, D.A. & Tang., X. (2010). China's Investment in Africa's Special Economic Zones. World Bank, Washington, DC.
- Bräutigam, D. (2019). Misdiagnosing the Chinese Infrastructure Push. The American Interest. Retirado de <https://www.the-american-interest.com/2019/04/04/misdiagnosing-the-chinese-infrastructure-push/> em 25 de fevereiro de 2021.
- China Global Investment Tracker (2020). Chinese Investments & Contracts in Sub-Saharan Africa (2012 - 2020). Retirado de <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/> em 20 de janeiro de 2021.
- CIA World Fact Book (2021). Retirado de <https://www.cia.gov/the-world-factbook/> em 10 de fevereiro de 2021.

- Dunning, J. H. (1980). Toward an eclectic theory of international production: Some empirical tests. *Journal of international business studies*, 11(1), 9-31.
- Dunning, J. H. (1988). The theory of international production. *The International Trade Journal*, 3(1), 21-66.
- EIA (U.S. Energy Information Administration) (2020). Country Analysis Executive Summary: China. Retirado de [https://www.eia.gov/international/content/analysis/countries\\_long/China/china.pdf](https://www.eia.gov/international/content/analysis/countries_long/China/china.pdf) em 16 de março de 2021.
- EIA (2020). Country energy analysis. Retirado de <https://www.eia.gov/international/overview/world> em 18 de março de 2021.
- Fernandes, C. (2019). China energy security and Portuguese-speaking countries. In F. Ilhéu, F. Leandro, & P. Duarte (Eds), *The New Silk Road and the Portuguese Speaking Countries in the New World Context* (Coleção SumaOriental 28). Lisboa: IIM / ANRS.
- Forum Macao (2020). Economias chinesa e portuguesa fortemente complementares, diz diplomata [Em linha]. Retirado de <https://www.forumchinapl.org.mo/pt/economias-chinesa-e-portuguesa-fortemente-complementares-diz-diplomata-2/> em 5 de março 2021.
- HKTDC (2021). Country Profiles. Retirado de <https://beltandroad.hktdc.com/en/country-profiles> em 3 de março de 2021.
- Ilhéu, F. (2006). *A internacionalização das empresas portuguesas e a China*. Lisboa: Almedina.
- Ilhéu, F. (2020). BRI-Sustainable, Inclusive Growth, and Financial Sources. In F. Leandro & P. Duarte (Eds.), *The Belt and Road Initiative, An Old Archetype of a New Development Model* (pp. 149-172). London: Palgrave Macmillan.
- International Finance Corporation (2021). Agribusiness contributes about 25 percent of Africa's GDP and a staggering 70 percent of its employment [Em linha]. Retirado de [https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/REGION\\_EXT\\_Content/IFC\\_External\\_Corporate\\_Site/Sub-Saharan+Africa/Priorities/Agribusiness/](https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/REGION_EXT_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sub-Saharan+Africa/Priorities/Agribusiness/) em 13 de março de 2021.
- Jin, Z. & Jin, M. (2018). The potential of OBOR energy cooperation and its solution. In *2017 International Seminar on Artificial Intelligence, Networking and Information Technology*. Atlantis Press, 150.
- JOP (Journal Online Philippines) (2020). 40 years of changes in China's special economic zones, [online]. Retirado de <https://journal.com.ph/news/nation/40-years-of-changes-in-chinas-special-economic-zones/> em 21 de fevereiro de 2021.
- Jornal de Negócios (2017). Mota-Engil assina novo contrato em Moçambique em Abril [Em linha]. Retirado de <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/construcao/detalhe/mota-engil-assina-novo-contrato-em-mocambique-em-abril> em 26 de fevereiro de 2021.
- Jornal de Negócios (2020). Portugal no Top 5 dos maiores produtores de energia solar e eólica [Em linha]. Retirado de <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/energia/detalhe/portugal-no-top-5-dos-maiores-produtores-de-energia-solar-e-eolica> em 28 de fevereiro de 2021.
- Lin, J.Y. (2011). *Demystifying the Chinese Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Macauhub (2016). António Costa Speech at Opening Ceremony of the 5<sup>th</sup> Macau Forum for Economic and Commercial Cooperation between China and Portugal. Retirado de <https://macauhub.com.mo/pt/tag/portugal/page/28/> em 1 de fevereiro de 2021.
- MacauHub (2019). Província do Huambo, em Angola, atrai interesse das autoridades da cidade de Taizhou, na China [Em linha]. Retirado de <https://macauhub.com.mo/pt/2019/12/18/pt-provincia-do-huambo-em-angola-atrai-interesse-das-autoridades-da-cidade-de-taizhou-na-china/> em 10 de março de 2021.
- MacauHub (2020). Angola tem potencial para agricultura em grande escala [Em linha]. Retirado de <https://macauhub.com.mo/pt/feature/pt-angola-tem-potencial-para-agricultura-em-grande-escala/> em 10 de março de 2021.
- Marques, J. L. Sales (2019). China and the European Union in the Development of the Portuguese Speaking Countries in Africa. Complementarity or Competition? Chapter IX (pp:165-184). In F. Ilhéu, F. Leandro, & P. Duarte (Eds), *The New Silk Road and the Portuguese Speaking Countries in the New World Context* (pp. 165-184). Lisboa: IIM / ANRS.
- McKinsey Global Institute. China and the World full report (2019). Retirado de <https://www.mckinsey.com/~media/mckinsey/featured%20insights/china/china%20and%20the%20world%20inside%20the%20dynamics%20of%20a%20changing%20relationship/mgi-china-and-the-world-full-report-june-2019-vf.ashx> em 17 de fevereiro 2021.
- Mercator Institute for China Studies 2020. Chinese FDI in Europe: 2019 Update. Retirado de <https://merics.org/en/report/chinese-fdi-europe-2019-update> em 15 de março de 2021.
- MOFCOM; National Bureau of Statistics & State Administration of Foreign Exchange (2019). 2019 Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment. China Commerce and Trade Press. Retirado de <http://hzs.mofcom.gov.cn/article/date/2020009/20200903001523.shtml> em 14 de abril de 2021.
- Murphy, K. M., Shleifer, A. & Vishny, R. W. (1989). Industrialization and the big push. *Journal of political economy*, 97(5), 1003-1026.
- NBSC (National Bureau of Statistics of China) (2020). Chinese Statistical Yearbook 2020 [online]. Retirado de <http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2020/indexch.htm> em 24 de fevereiro de 2021.
- OECD (Organization for the Economic Co-operation and Development) (2008). *Investment Policy Reviews: China, China Outward Direct Investment*. Paris.
- Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 (2018). *Ministério da Economia e Planeamento do Governo de Angola*. Retirado de <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/ang-179971Plan.pdf> em 20 de janeiro de 2021.
- Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 "Terra Ranka" (2015). *República da Guiné-Bissau*. Retirado de <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/gbs176530.pdf> em 20 de janeiro de 2021.
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017/2021 (2018). *Ministério das Finanças - Direção Nacional do Planeamento Governo de Cabo Verde*. Retirado de <https://>

[peds.gov.cv/sites/default/files/201810/PEDS%2020172021%20-%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf](https://peds.gov.cv/sites/default/files/201810/PEDS%2020172021%20-%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf) em 20 de janeiro de 2021.

Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2020-2024 (2019). *Ministério da Planificação da República Democrática de São Tomé e Príncipe*. Retirado de <https://www.cabri-sbo.org/pt/documents/national-plan-for-sustainable-development-ofs%C3%A3o-tom%C3%A9-and-pr%C3%ADncipe-2020-2024> em 21 de janeiro de 2021.

Programa Quinquenal do Governo: 2020-2024 (2020). *República de Moçambique*. Retirado de [http://www.ts.gov.mz/images/PQG\\_2020.2024\\_Versao\\_AR\\_02042020-min.pdf](http://www.ts.gov.mz/images/PQG_2020.2024_Versao_AR_02042020-min.pdf) em 21 de janeiro de 2021.

Shi, B. & Cai, T. (2020). Has China's Oil Investment in Belt and Road Initiative Countries Helped Its Oil Import?. *Energies*, 13(12), 3176.

Sun, I. (2017). *The Next Factory of the World - How Chinese investment is reshaping Africa*. Boston: *Harvard Business Press*, p. 7.

UNIDO (2016). *Industrialization in Africa and Least Developed Countries: Boosting growth, creating jobs, promoting inclusiveness and sustainability*. New York: UNIDO.

Wong, K. & Yip, C. (1999). Industrialization, Economic Growth, and International Trade. *Review of International Economics*, 7(3), 522–540.

World Bank Group. Employment in agriculture (% of total employment) (modeled ILO estimate) – China. Retirado de <https://data.worldbank.org/indicator/SL.AGR.EMPL.ZS?locations=CN> em 20 de fevereiro de 2021.

World Bank (2010), *Chinese Investments in Special Economic Zones in Africa: Progress, Challenges and Lessons Learned*. Washington DC, United States.

World Bank (2017), *Special Economic Zones: an operational review of their impacts, Competitive Industries and Innovation Program Partnership*. Washington DC, United States.

Xi Jinping (2013). Promote People-to-People Friendship and Create a Better Future at Kazakhstan's. Retirado de <https://reconnectingasia.csis.org/database/events/president-xi-jinpings-speech-nazarbayev-university/> em 19 de fevereiro de 2021.

Xi Jinping (2013). Full text of Xi Jinping Keynote speech at Indonesian Parliament. Retirado de [https://reconasia-production.s3.amazonaws.com/media/filer\\_public/88/fe/88fe8107-15d74b4c8a590feb13c213e1/speech\\_by\\_chinese\\_president\\_xi\\_jinping\\_to\\_indonesian\\_parliament.pdf](https://reconasia-production.s3.amazonaws.com/media/filer_public/88/fe/88fe8107-15d74b4c8a590feb13c213e1/speech_by_chinese_president_xi_jinping_to_indonesian_parliament.pdf) em 19 de fevereiro de 2021.

Yao, Y. (2014). The Chinese Growth Miracle. In P. Aghion & S. N. Durlauf (Eds.), *Handbook of Economic Growth* (Vol. 2, Chapter 7). Elsevier.

Zeng, D.Z. (2014), China and Africa's Experiences with Special Economic Zones: What Can We Learn?, *Working Paper Series*, July, China Center for Economic Research.

Zhang, H. & Ilhéu, F. (2014). The role of special economic zones in African countries development and the Chinese FDI. Instituto Superior de Economia e Gestão - CESA Documentos de Trabalho n.º 129-2014.